

Famílias pobres em primeiro lugar: Desafios dos stimulus checks na resposta dos Estados Unidos à COVID-19¹

Elaine Cristina Licio, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Visiting Scholar na Universidade de Oklahoma

Os Pagamentos de Impacto Econômico (Economic Impact Payments, EIP) — comumente chamados de *stimulus checks* — foram uma das principais medidas adotadas pelo governo dos EUA para amenizar a crise decorrente da pandemia de COVID-19, quando a taxa de desemprego atingiu 14,7 por cento (em abril/2020) e a recessão se revelou ameaça real. Em maio de 2022, US\$ 817 bilhões haviam sido distribuídos para cerca de 85 por cento das famílias americanas. Os benefícios foram desembolsados em três rodadas de pagamentos únicos, entre 2020 e 2021, com valores entre US\$ 500 a US\$ 1.400 por indivíduo.

Dados pessoais de contribuintes e pensionistas já constavam nos bancos de dados da Receita Federal americana (*Internal Revenue Service, IRS*) e, portanto, estes não precisaram solicitar o benefício formalmente, sendo os primeiros a recebê-los em cada rodada. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos estimou que cerca de 14 milhões de cidadãos americanos não tinham dados disponíveis para se efetivar os pagamentos e, portanto, não podiam recebê-los automaticamente. Aqueles que não declaravam impostos, como trabalhadores mal remunerados e precários, tiveram que acessar o site da Receita Federal, preencher formulários e fornecer conta bancária — procedimento nada trivial para um público de baixa escolaridade e com acesso precário à Internet. Muitos, incluindo imigrantes e pessoas em situação de rua, não tinham sequer endereço permanente, documentos de identificação ou mesmo contas bancárias.

Assim, os mais necessitados enfrentaram maiores dificuldades para receber os pagamentos, ou nunca os receberam. Apesar de atenderem aos critérios de elegibilidade, apenas 87,1 por cento das famílias de baixa renda (ganhando menos de US\$ 25.000 por ano) receberam o benefício em 2020.

A adoção de transferências monetárias para as famílias como medida de estímulo fiscal em contextos de emergência é alicerçada em duas justificativas principais: garantir rendimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas e permitir que continuem a adquirir bens e serviços em caso de recessão.

As famílias pobres devem ser as primeiras a receber *stimulus checks* porque são as que mais precisam de bens e serviços básicos. Além disso, tendem a gastar os benefícios de forma quase imediata e integral, o que ajuda a preservar empregos e garantir a arrecadação de impostos. Quanto mais alta a renda das famílias, maior a probabilidade de poupar — em vez de gastar — o benefício.

Algumas das condições cruciais para a implementação dos EIPs são instrumentos que atuem com rapidez e precisão não apenas para identificar o público-alvo adequado, mas também para entregar o dinheiro aos beneficiários de maneira rápida e integral. Além das dificuldades que algumas pessoas enfrentaram ao solicitar os *stimulus checks*, a experiência dos EUA também evidenciou problemas no seu desenho. A primeira e a segunda rodadas de pagamento excluíram as famílias de imigrantes ao exigir um número de Seguro Social (*Social Security*) com uma autorização de trabalho. Complicando a questão ainda mais, o governo federal não coordenou ações dos governos estaduais e municipais, nem forneceu autorização legal para que os bancos de dados dos programas sociais fossem usados na busca ativa de famílias pobres.

De acordo com projeção da Urban Studies Institution, os *stimulus checks* teriam sido responsáveis, por si só, por retirar 12,4 milhões de pessoas da pobreza em 2021 (WHEATON; GIANNARELLI; DEHRY, 2021). Nesse sentido, cabe destacar que o benefício definiu o mesmo limite de renda e valores dos pagamentos em todos os estados do país, o que potencializou seu impacto nas localidades de menor renda. Em relação às políticas de combate à pobreza, os planos para o combate à pandemia da COVID-19 também ampliaram a alocação de recursos para iniciativas pré-existentes. Todavia, estas não conseguiram atingir todos os perfis de famílias pobres, pois algumas se restringem a determinados públicos e/ou não satisfazem as suas necessidades em termos monetários.



Embora a experiência dos EUA tenha se mostrado majoritariamente bem-sucedida em lidar com a recessão quando as medidas mais restritivas do COVID-19 estavam em vigor, cabe ressaltar que os *stimulus checks* priorizaram pessoas acima da linha da pobreza em detrimento de indivíduos pobres — as quais receberam os benefícios com atraso ou não receberam.

Para um futuro uso deste instrumento, recomenda-se que sejam consideradas algumas questões cruciais com vistas a permitir que as famílias pobres recebam o benefício primeiro. Para alcançar adequadamente o público-alvo é necessário dispensá-lo do requerimento formal, prevendo autorização legal para que a Receita Federal acesse as bases de dados de programas sociais para identificar e incluir automaticamente os indivíduos em situação de pobreza. Também seria importante estruturar um banco de dados em âmbito nacional com todos os indivíduos (e não apenas os contribuintes de impostos), se possível com suas respectivas contas bancárias. Os estados, individualmente, poderiam ajudar nesse processo, alocando contrapartidas próprias aos recursos recebidos do governo federal, além de orientar suas próprias agências — as quais gerenciam programas sociais e lidam diariamente com esse público — que instruem aqueles com dificuldades em acessar seus benefícios por si próprios. Por fim, para entregar o benefício de forma integral e rápida aos beneficiários, também se faz necessário disponibilizar contas bancárias de custo zero ou de baixo custo para reduzir a população desbancarizada, além de melhorar os pagamentos eletrônicos, evitando cheques do governo e aprimorando as estratégias de pagamento por cartões de débito.

Referências:

- LICIO, E. C. "Poor Families first: challenges of the 'stimulus checks' in the United States' COVID-19 response". *Policy Research Brief* No. 88. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2022.
- WHEATON, L.; GIANNARELLI, L.; DEHRY, I. "2021 Poverty Projections: Assessing the Impact of Benefits and Stimulus Measures". Washington, D.C.: Urban Institute, 2021. <https://www.urban.org/sites/default/files/publication/104603/2021-poverty-projections_0_0.pdf>. Acesso em 8 ago 2022.

Nota:

1. Todos os dados mencionados neste One Pager estão referenciados em LICIO (2022).